



REQ
00001/2017

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado *Victor Mendes*

PLANO DE TRABALHO

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 781,
DE 23 DE MAIO DE 2017– CMMPV 781/2017

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP/RO)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Cleber Verde (PRB/MA)

RELATOR: Deputado Victor Mendes (PSD/MA)

I. INTRODUÇÃO

Apresentamos a seguir a proposta de trabalho para a Comissão Mista da Medida Provisória nº 781, de 2017 (MPV 781/2017), que visa emitir parecer acerca da referida matéria. A MPV, editada em 23 de maio de 2017, revoga a medida provisória nº 755/2016, alterando a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para dispor sobre a transferência de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para permitir que os servidores que menciona prestem serviços, em caráter excepcional e voluntário, à Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências.

A MPV 781/2017 revoga a MP 755/2016, tendo como principal objetivo a transferência dos recursos provenientes do Fundo Penitenciário Nacional- FUNPEN- da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Os repasses serão utilizados para financiar, apoiar e incrementar as atividades de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro. A MP 781 propõe o repasse direto de até 75%



CD/17782.10073-61



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado *Victor Mendes*

até 31 de dezembro de 2017; até 45% no exercício de 2018; até 25% no exercício de 2019, e até 40% aos fundos penitenciários dos Estados, Distrito Federal e Municípios, mediante condicionantes, como apresentação de planos associados aos programas, aprovação de relatório anual de gestão, dentre outros.

A proposição em questão também objetiva proporcionar apoio administrativo à atuação da Força Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, estabelecendo que militares e policiais da União, dos Estados e DF, que estejam na inatividade há menos de 5 anos, assim como servidores civis aposentados, possam auxiliar, voluntariamente, nas atividades administrativas da Força Nacional.

Considerando que a população carcerária do país ultrapassou o número de 622.000 detento, ocasionando um déficit de mais de 249.000 vagas no Sistema Carcerário, de acordo com o levantamento Nacional de Informações Penitenciárias-Infopen, a proposição em questão é urgente e relevante para a melhoria do sistema penitenciário.

II – ATIVIDADES PROPOSTAS

Para a consecução dos objetivos da CMMPV 781/2017, propomos a realização de uma reunião de trabalho para aprovação do presente plano, visitas a autoridades e a oitiva de especialistas em duas audiências públicas. Após, sugerimos a realização de reuniões para leitura, discussão e aprovação do relatório.

Eis o cronograma previsto:

Atividade	Data
------------------	-------------



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado *Victor Mendes*

Reunião deliberativa para apresentação do Plano de Trabalho	28/06/2017
Audiência Pública 1 – (FUNPEN)	05/07/2017
Audiência Pública 2 – Força Nacional	12/07/2017
Elaboração do Relatório	08/08/2017
Apresentação do Relatório	15/08/2017
Deliberação do Relatório	22/08/2017



CD/17782.10073-61

III – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Como a proposição em questão trata de dois importantes eixos, o fundo em si e o apoio administrativo à força nacional, se faz necessário ouvir os envolvidos, governo e sociedade civil, sobre esses dois temas. No primeiro momento sugere-se audiência pública para discutir o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN –, com a presença dos seguintes convidados:

- 1- Senhor **José Levi Mello do Amaral Jr.**, Secretário Executivo do Ministério da Justiça;
- 2- Senhor **Marco Antônio Severo Silva**, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN;
- 3- Senhor **Alamiro Velludo Salvador Netto**, Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado *Victor Mendes*

- 4- Senhora **Maria de Fátima Alves da Silva**, juíza Coordenadora do Sistema Carcerário, Execução Penal e Medidas Socioeducativas – CNJ;
- 5- Senhora **Maria Laura Canineu**, diretora do escritório em São Paulo da organização de direitos humanos Human Rights Watch – HRW;

No segundo momento sugere-se audiência pública para discutir a agregação à força nacional, proposta da medida provisória 781/2017, com os seguintes convidados:

- 1- Senhor **Joviano Conceição Lima**, Diretor do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública;
- 2- Senhor General **Carlos Alberto dos Santos Cruz**, Secretário Nacional de Segurança Pública;
- 3- Senhor **Coronel Nunes**, Presidente do Conselho Nacional de Comandantes Gerais- CNCG;
- 4- Senhor **Coronel Marlon**, Presidente da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais- FENEME;

Deputado Victor Mendes – PSD-M